

HOMENS E MULHERES NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Fazer da emancipação uma realidade

EVELINA MUCHANGA

DIVULGAR as fontes de financiamento disponíveis e apostar na formação técnico-profissional da mulher, bem assim garantir que esta tenha acesso às tecnologias são alguns desafios apontados pelos participantes à V Conferência Nacional sobre Mulher e Género, hávida semana finda, em Maputo.



FOTOS DE F. LAICE

Para os participantes, em Moçambique existe ambiente claramente favorável para o desenvolvimento sustentável e empoderamento da mulher, como resultado da aprovação de leis, políticas e programas relacionados, alguns dos quais partilhados durante os dois dias de trabalho. Contudo, apontam fraquezas no acesso da mulher aos recursos produtivos.

“Registamos progressos na implementação de acções para

o avanço da mulher, equilíbrio do género, que resulta na maior participação da mulher na agricultura, saúde, educação, justiça e nos órgãos de poder e de tomada de decisão”, destacou Cidália Chaúque, Ministra do Género, Criança e Acção Social, falando no encerramento do evento.

Segundo a ministra, o empoderamento da mulher e a promoção do equilíbrio do género não dependem apenas da mulher e não será possível lograr êxitos sem o compromisso e a

participação de todos, homens e mulheres, neste processo.

Entende ainda que todos, homens e mulheres, devem ser agentes activos no combate aos males que contribuem para a discriminação da mulher e que impedem o alcance de resultados em todos os domínios.

“Temos o desafio de reforçar as medidas legislativas com

acções de prevenção e combate aos casamentos prematuros, gravidezes precoces, práticas sociais prejudiciais às crianças e mulheres, violência contra a mulher, incluindo a idosa e rapariga, entre outros fenómenos que devem merecer a nossa atenção”, sublinhou Cidália Chaúque.

Aliás, intervindo na sessão de

abertura, o Presidente da República, Filipe Nyusi, apontou a necessidade de haver união entre homens e mulheres no combate a práticas sociais e políticas que retardam o desenvolvimento, tais como os casamentos e gravidezes precoces e os conflitos armados, tendo convidado os participantes a reflectirem de modo a encontrar-se soluções

Engajar o homem e a mulher

PARA que a pobreza deixe de ter o rosto da mulher, primeiro temos que empregar homens e mulheres nessa luta e fazê-los perceber que o facto de a mulher deixar



Registamos avanços ao nível da legislação - Cidália Chaúque

para estes problemas.

É procurando propostas de solução para estes problemas que o “Notícias” ouviu a contribuição de alguns participantes sobre o que deve ser feito para que a pobreza deixe de ter o rosto da mulher e de que forma a mulher pode contribuir no processo de busca da paz no país.

“A mulher deve trabalhar a terra para produzir mais comida. Mas para isso, o líder da Renamo deve aceitar o resultado das eleições, dialogar com o Presidente da República e parar de matar indiscriminadamente pessoas inocentes”, apelou Teresinha Niquice, secretária-geral da Organização da Mulher Moçambicana (OMM).



Teresinha Niquice

Quebrar preconceitos

"Registamos progressos na implementação de acções para lher e não será possível lograr êxitos sem o compromisso e a

Engajar o homem e a mulher

peçoas inocentes", apelou Teresinha Niquice, secretária-geral da Organização da Mulher Moçambicana (OMM).

Teresinha Niquice

Quebrar preconceitos

NA óptica de Maria Supinho, chefe do Gabinete de Atendimento à Família e Criança Víctima de Violência, a mulher deve trabalhar ainda mais para combater a pobreza e produzir riqueza.

"A mulher precisa de trabalhar um pouco mais e não ficar à espera que alguém faça algo por ela. Ela mesma tem de saber que é importante na sociedade e que em nenhum momento se deve auto excluir", explicou.

Salientou que a maior parte da população moçambicana é constituída por mulheres, sendo que é dever da mulher estar na dianteira de todos os processos visando o desenvolvimento do país.

"As questões culturais são hábitos cultivados pela própria mulher. Ela pode separar e identificar dentro das questões culturais o que mais lhe identifica como mulher e como membro da sociedade para o desenvolvimento e não se apegar a questões culturais para dizer que eu sou mulher e não faço isto ou aquilo e que o homem é



Maria Supinho

que deve fazer", justificou.

Quanto à paz, Maria Supinho é de opinião que a mulher deve pensar em acções no sentido de chamar à razão a quem de direito para o fim dos conflitos no país.

"São nossos filhos que morrem

diariamente e não há nenhuma responsabilização ao principal protagonista da chacina. É altura de nós mulheres fazermos algo para que estas negociações resultem na paz definitiva para Moçambique", referiu.



Conceita Sortane

Elas são dialogantes

SEGUNDO Conceita Sortane, presidente da Comissão parlamentar dos Assuntos Sociais, Género e Mulher, a pobreza pode deixar de ter o rosto feminino se se tomar em conta que as questões de género dizem respeito a todos, sendo homens ou mulheres.

"É preciso dar uma certa primazia ao trabalho de ambos sexos. Não podemos pensar que se eu consigo algum bem é apenas para mim; eu homem, porque a mulher não merece e deve continuar a ser eternamente subalterna em relação ao homem", negou.

Referiu que é preciso haver equilíbrio de género no acesso à formação profissional, na educação e saúde, pois entende que é havendo tratamento desigual que surgem vários problemas sociais cujas consequências recaem, não raras vezes, sobre a mulher.

Disse ainda haver necessidade de se combater os preconceitos que as próprias mulheres admitem e/ou moldá-los e torná-los num bem comum aceite, tanto pelos homens, como pelas mulheres.

No que tange à busca de soluções

para a paz em Moçambique, a fonte opinou que a mulher pode usar do seu instinto maternal para promover o diálogo e convencer a sociedade quanto ao rumo a seguir.

"A mulher, por ser mãe, é apaziguadora de conflitos. Onde entra uma mulher para tentar superar algum problema, ela consegue fazer com que as coisas andem, porque ela não olha só para si, mas também olha para as pessoas que a rodeiam, os filhos e a família em geral", disse.

Acrescentou que um dos aspectos que caracteriza a mulher é o dom que ela tem de aproximar as pessoas.

Neste sentido, disse ser de louvar a integração de mulheres na comissão mista do diálogo político para a paz, afirmando que tal facto poderá imprimir uma maior dinâmica nos trabalhos e, quiçá, acelerar a solução dos problemas ora em debate.

"Integrar a mulher na comissão mista de negociação para a paz é importante para o país. Ela é dialogante, aberta e conciliadora. É perseverante em fazer as coisas, por isso acredito que teremos resultados positivos", referiu.

PARA que a pobreza deixe de ter o rosto da mulher, primeiro temos que empregar homens e mulheres nessa luta e fazê-los perceber que o facto de a mulher deixar de ser pobre beneficia a ambos, segundo entende Generosa Cossa, académica.

Explicou que isto significa que dentro da família homens e mulheres têm que investir na formação da mulher e assegurar que ela vá à escola; que ela tenha tempo de estudar, rever as matérias em casa e ser acompanhada e que ela cresça do ponto de vista profissional para poder dar o seu maior contributo no desenvolvimento do país.

"As pessoas acham que basta colocar a mulher na escola para que ela cresça. Mas se esquecem da outra carga a ela sujeita: a carga doméstica. Sobrecarregada ela não consegue avançar", frisou.

Outra "distracção" que se comete, na óptica de Generosa Cossa, é de sempre que se fala de financiamento a iniciativas da mulher olhar-se para o microcrédito e nunca para o crédito.

"Temos que falar do crédito, do emprego. Temos que começar a pensar que a mulher tem de ter a posse da terra, como disse o



Generosa Cossa

Presidente da República. Referiu ainda que a mulher tem de ter empreendimentos de vulto, tem de ser empresária de mão cheia, mas para isso ela tem de ter formação, tem de ter acesso ao crédito, à acessoria e apoio da família e sociedade".

Quanto à participação da mulher no processo da garantia da paz no país, a fonte disse haver várias formas, sendo uma delas

a educação que ela pode dar aos seus filhos, na família, ensinando-os a serem tolerantes, obedientes, a aceitar e a respeitar o próximo.

"Saber que o outro é nosso irmão e que nós só podemos estar bem se o irmão ou o vizinho estiver bem. Se o meu irmão ou vizinho não estiver bem, isso pode criar conflitos, então acho que a paz começa em casa, depois na sociedade", referiu.

Apostar na escola

MANUELA Manuel é jovem da Liga Feminina do Movimento Democrático de Moçambique. Opinou que o fim da pobreza passa pela formação da mulher em todas as esferas.

"Penso que temos que abraçar muito a escola, estudar e estudar, adquirir conhecimento para reduzir a pobreza", referiu.

Justificou que estudar abre a mente e ajuda a pessoa a ter ideias de como sair da pobreza.

Outra medida que, segundo Manuela Manuel, pode reduzir a pobreza é incentivar a mulher a apostar no negócio sem olhar para a sua dimensão.

"O importante é que ela consiga ganhar algo para o seu sustento e da sua família", sublinhou.

Perguntámos a fonte sobre o que deve ser feito para que a paz seja efectiva no nosso país, ao que, sem se fazer de rogada, respondeu: "Cedência. É melhor



Manuela Manuel

ceder de parte a parte. A compreensão mútua e a tolerância devem fazer parte das características de cada uma das delegações para que a paz regresse o mais cedo

possível, poupando-se assim vidas de inocentes e a destruição de infra-estruturas que tanto custou a erguer. Não há preço que pague uma vida", rematou.

DA SOCIEDADE CIVIL

Painel saúda a retoma do diálogo

O PAINEL de monitoria do diálogo político para a paz saúda o Governo e a Renamo pelo retorno à mesa das negociações e reitera a pertinência da sociedade civil na comissão mista. Numa declaração lida ontem por Eric Charas, porta-voz do grupo, o painel refere, no entanto, que os consensos alcançados nas últimas sessões a nível da comissão mista enfermam de ambiguidades capazes de reforçar a desconfiança entre as partes dialogantes.

Segundo a declaração, a continuidade dos ataques militares, com as vítimas civis daí resultantes, denunciam um aprofundamento da violação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

O painel considera que o conflito militar está a vitimar com maior intensidade a região centro, um dos maiores celeiros do país, deitando abaixo a concretização dos apelos à produção como medida para se sair da actual crise económica.

Para aquele grupo de personalidades da sociedade civil, o país não se pode resumir ao partido Frelimo e à Renamo, defendendo o alargamento do debate com

a presença da sociedade civil, de forma a "evitar-se os segredos e ambiguidades que enfermam o Acordo Geral de Paz assinado em Roma".

Reitera que é urgente a cessação das hostilidades militares para criar um ambiente favorável a um processo de reconciliação e desenvolvimento de confiança conducente a um bom decurso do diálogo para a paz definitiva.

Apela ao Governo e à Renamo a chegarem a um acordo sobre o modelo de diálogo que inclua outras forças políticas e a sociedade civil, assente no espírito de reconciliação e desenho das formas de organização política, administrativa e económica que satisfaça a todos os cidadãos.

O painel anunciou a realização, este sábado, em Maputo, de uma marcha pacífica pela paz, sob o lema "Moçambique em Paz". A marcha será seguida de acções populares semelhantes à escala nacional.

Segundo apurámos dos membros do painel, a marcha pacífica está devidamente autorizada, porquanto seguidos todos os trâmites legais para a sua realização.